



TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de Veículos Pesados

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.** Futura aquisição de veículos pesados, máquinas pesadas e equipamentos agrícolas, incluindo tratores agrícolas de diferentes potências, retroescavadeira 4x4, mini escavadeira, rolos compactadores (1 tonelada e 3 toneladas combinado), caminhão plataforma fixa 8x4, bem como equipamentos agrícolas e portáteis (ensiladeira frontal, conjunto de tomada de força frontal, plantadeiras, roçadeiras costais e sopradores costais).
- 1.2.** O fornecimento será parcelado, conforme solicitação e necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária da Prefeitura de Campo Largo, pelo período de 12 (doze) meses, observadas as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

ITEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT	VALOR UNI	VALOR TOTAL
LOTE 1 – VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS						
1	118657	TRATOR 80CV: TRATOR AGRÍCOLA NOVO 4X4 CABINADO, POTÊNCIA MÍNIMA 80 CV A 2400 RPM, MOTOR DIESEL 3 OU 4 CILINDROS COM INJEÇÃO DIRETA, TURBOINTERCOOLER E RESERVA DE TORQUE MÍNIMA DE 26%, MOTOR DO MESMO FABRICANTE OU GRUPO INDUSTRIAL DO TRATOR PARA GARANTIR PADRONIZAÇÃO MECÂNICA E OTIMIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO MUNICIPAL, ATENDENDO EMISSÕES MAR-1. TRANSMISSÃO SINCRONIZADA 12X12 EQUIPADA COM SISTEMA ELETRO-HIDRÁULICO POWER SHUTTLE. SISTEMA HIDRÁULICO COM BOMBA INDEPENDENTE DE 44,5 L/MIN, DUAS VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO (SENDO UMA FLUTUANTE) E CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 3.600 KGF. TDP INDEPENDENTE ELETRO-HIDRÁULICA COM ROTAÇÕES 540/540E/1000 RPM. TRACÇÃO 4X4 ELETRO-HIDRÁULICA, EIXO DIANTEIRO AUTOBLOCANTE, CRUZETAS BLINDADAS, ÂNGULO DE ESTERÇAMENTO MÍNIMO DE 55° E RAIO DE GIRO MÁXIMO DE 5,3 M. CABINE CERTIFICADA ROPS/FOPS COM AR-CONDICIONADO, FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, ACESSO DUPLO, ASSENTO ERGONÔMICO SUSPENSO, VENTILAÇÃO FORÇADA E ENTRADA USB. PNEUS R1 DE FABRICAÇÃO CONSOLIDADA, SENDO 12.4-24 DIANTEIROS (8 LONAS OU SUPERIOR) E 18.4-30 TRASEIROS (10 LONAS OU SUPERIOR). TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 170 L, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3.470 KG E PESO MÁXIMO ADMISSÍVEL DE 4.500 KG. EQUIPADO COM CONTRAPESOS DIANTEIROS E TRASEIROS, BARRA DE TRACÇÃO E ENGATE TRÊS PONTOS. PREPARADO PARA PILOTO AUTOMÁTICO GPS/GNSS. ATENDIMENTO AO CTB E INMETRO. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	3	R\$260.000,00	R\$780.000,00
2	118660	TRATOR 100CV: TRATOR AGRÍCOLA NOVO 4X4 CABINADO, POTÊNCIA MÍNIMA 100 CV A 2200 RPM, MOTOR DIESEL 3 OU 4 CILINDROS COM INJEÇÃO MECÂNICA OU ELETTRÔNICA, TURBOINTERCOOLER E RESERVA DE TORQUE MÍNIMA DE 27%, MOTOR DO MESMO FABRICANTE OU GRUPO INDUSTRIAL DO TRATOR PARA GARANTIR PADRONIZAÇÃO MECÂNICA E OTIMIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO MUNICIPAL, ATENDENDO EMISSÕES MAR-1. TRANSMISSÃO SINCRONIZADA 12X12 COM SISTEMA ELETRO-HIDRÁULICO POWER SHUTTLE. SISTEMA HIDRÁULICO COM BOMBA INDEPENDENTE DE 44,5 L/MIN, DUAS VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO (UMA FLUTUANTE) E CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 3.600 KGF. TDP INDEPENDENTE ELETRO-HIDRÁULICA 540/540E/1000 RPM. TRACÇÃO 4X4 ELETRO-HIDRÁULICA, EIXO DIANTEIRO AUTOBLOCANTE, CRUZETAS BLINDADAS E RAIO DE GIRO MÁXIMO DE 5,3 M. CABINE CERTIFICADA ROPS/FOPS COM AR-CONDICIONADO, FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, ACESSO DUPLO E ASSENTO ERGONÔMICO. PNEUS R1 10 LONAS (14.9-24 DIANTEIROS E 18.4-34 TRASEIROS). TANQUE MÍNIMO DE 140 L, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3.800 KG E PESO MÁXIMO ADMISSÍVEL DE 5.000 KG. EQUIPADO COM 8 CONTRAPESOS DIANTEIROS E 6 PESOS DE RODA TRASEIRA. PREPARADO PARA PILOTO AUTOMÁTICO GPS/GNSS. ATENDIMENTO AO CTB E INMETRO. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	2	R\$305.000,00	R\$610.000,00

Prefeitura Municipal de Campo Largo

AVENIDA PADRE NATAL PIGATTO - 925 CENTRO ADMINISTRATIVO

83.601-630

76.105.618/0001-88





3	118661	TRATOR 130CV: TRATOR AGRÍCOLA NOVO 4X4 CABINADO, POTÊNCIA MÍNIMA 130 CV A 2200 RPM, MOTOR DIESEL 4 ou 6 CILINDROS COM TURBOINTERCOOLER, RESERVA DE TORQUE MÍNIMA DE 39%, MOTOR DO MESMO FABRICANTE OU GRUPO INDUSTRIAL DO TRATOR PARA GARANTIR PADRONIZAÇÃO MECÂNICA E OTIMIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO MUNICIPAL, ATENDENDO EMISSÕES MAR-1. TRANSMISSÃO SINCRONIZADA 16X8 COM SISTEMA ELETRO-HIDRÁULICO POWER SHUTTLE. SISTEMA HIDRÁULICO COM VAZÃO MÍNIMA DE 80 L/MIN, TRÊS VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO (UMA FLUTUANTE) E CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 6.000 KGf. TDP INDEPENDENTE ELETRO-HIDRÁULICA 540/1000 RPM (OU 540/540E/1000). TRACÇÃO 4X4 ELETRO-HIDRÁULICA COM EIXO DIANTEIRO AUTOBLOCANTE E BLOQUEIO TRASEIRO ELETRO-HIDRÁULICO. FREIOS MULTIDISCO EM BANHO DE ÓLEO. CABINE CERTIFICADA ROPS/FOPS COM AR-CONDICIONADO E ASSENTO COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA. PNEUS R1 (14.9-28 DIANTEIROS E 23.1-30 TRASEIROS) DE FABRICANTE CONSOLIDADO. TANQUE MÍNIMO DE 200 L E PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 4.500 KG. EQUIPADO COM CONTRAPESOS DIANTEIROS E TRASEIROS. PREPARADO PARA PILOTO AUTOMÁTICO GPS/GNSS. ATENDIMENTO AO CTB E INMETRO. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	2	R\$419.000,00	R\$838.000,00
4	118666	RETROESCAVADEIRA NOVA 4X4, MOTOR DIESEL 4 CILINDROS TURBOALIMENTADO COM INJEÇÃO DIRETA, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 94 HP E TORQUE MÍNIMO DE 410 NM, ATENDENDO EMISSÕES MAR-1/TIER 3, SISTEMA DE ARREFECIMENTO COM RADIADORES EM PARALELO, TRANSMISSÃO POWER SHUTTLE 4X4 COM 4 MARCHAS À FRENTE E 2 À RÉ, BLOQUEIO DO DIFERENCIAL TRASEIRO E FREIOS A DISCO EM BANHO DE ÓLEO. SISTEMA HIDRÁULICO DE CENTRO ABERTO COM BOMBA DUPLA, VAZÃO MÍNIMA DE 135 L/MIN E PRESSÃO MÍNIMA DE 200 BAR. CONJUNTO CARREGADEIRA COM CAÇAMBA MÍNIMA DE 0,88 m³, FORÇA DE DESAGREGAÇÃO MÍNIMA DE 6.300 KGf E CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 3.600 KG; ALTURA MÁXIMA DO PINO 3.480 MM E NIVELAMENTO AUTOMÁTICO. CONJUNTO ESCAVADEIRA COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 4.400 MM E FORÇA DE DESAGREGAÇÃO MÍNIMA DE 5.800 KGf. CABINE FECHADA CERTIFICADA ROPS/FOPS COM AR-CONDICIONADO E AMPLO CAMPO DE VISÃO. TANQUE EM MATERIAL PLÁSTICO ANTI-CORROSÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 180 L. EQUIPADA COM TELEMETRIA DE FÁBRICA PARA MONITORAMENTO REMOTO. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO DO FABRICANTE EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	8	R\$470.000,00	R\$3.760.000,00
5	118667	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM ARTICULAÇÃO CENTRAL 1TON. ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO NOVO, COM ARTICULAÇÃO CENTRAL, PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 900 KG E MÁXIMO DE 1.000 KG, EQUIPADO COM DOIS ROLOS LISOS, COM SISTEMA DE VIBRAÇÃO NO ROLO DIANTEIRO E LARGURA MÍNIMA DE 800 MM. MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, PARTIDA ELÉTRICA, POTÊNCIA MÍNIMA 16 CV E CILINDRADA MÍNIMA 430 CC E MÁXIMA DE 500CC, TORQUE MÍNIMO 3,2 KGFM A 2.500 RPM, FILTRO DE AR TIPO CICLONE E TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 7,5 L. MOTOR DE FABRICANTE COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONSOLIDADA NO BRASIL. FORÇA CENTRÍFUGA MÍNIMA DE 27 KN, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 68 HZ E AMPLITUDE MÍNIMA DE 0,5 MM, SISTEMA DE VIBRAÇÃO POR MOTOR HIDRÁULICO ACOPLADO AO EIXO EXCÊNTRICO. CARGA LINEAR ESTATICA MÍNIMA DE 6,0 N/MM NO ROLO DIANTEIRO E 5,0 N/MM NO TRASEIRO. INCLINAÇÃO MÁXIMA DE TRABALHO MÍNIMA DE 30%. RESERVATÓRIO DE ÁGUA MÍNIMO DE 55L E SISTEMA DE ASPERSÃO DE ÁGUA NOS ROLOS. EQUIPADO COM SISTEMA DE PARADA DE EMERGÊNCIA, ALARME SONORO DE RÉ, FREIO ESTACIONÁRIO HIDRÁULICO E COBERTURA SUPERIOR PARA O OPERADOR CONTRA INTEMPÉRIES. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. PÓS-VENDA LOCAL GARANTIDO POR REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM.	UNI	4	R\$262.000,00	R\$1.046.000,00
6	118668	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM ARTICULAÇÃO CENTRAL 3TON COMBINADO ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM ARTICULAÇÃO CENTRAL, DO TIPO COMBINADO, COM ROLO DIANTEIRO LISO VIBRATÓRIO E ROLO TRASEIRO FORMADO DE PNEUS DE BORRACHA MACIÇA, PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 2.900KG E MÁXIMO DE 3.100KG, LARGURA DE ROLO DIANTEIRO MÍNIMA DE 1.200 MM, MOTOR DIESEL DE 3 CILINDROS, REFRIGERADO A ÁGUA, COM PARTIDA ELÉTRICA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 30 CV A 2.400 RPM, COM CILINDRADA MÍNIMA DE 1700CC E MÁXIMA DE 1800CC, TORQUE MÍNIMO DE 8,0 KGFM, FILTRO DE AR TIPO CICLONE E TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 35L. MOTOR DE FABRICANTE CONSOLIDADO NO MERCADO NACIONAL, COM SUPORTE TÉCNICO E PEÇAS DISPONÍVEIS NO BRASIL. SISTEMA DE VIBRAÇÃO DIANTEIRA COM FORÇA CENTRÍFUGA MÍNIMA DE 28 KN, FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 60 HZ E AMPLITUDE DE 0,5 MM, SISTEMA DE VIBRAÇÃO COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO POR MOTOR HIDRÁULICO ACOPLADO AO EIXO EXCÊNTRICO. ROLO TRASEIRO FORMADO POR 4 PNEUS MACIÇOS, SEM VIBRAÇÃO. INCLINAÇÃO MÁXIMA DE TRABALHO MÍNIMA DE 30%. RESERVATÓRIO DE ÁGUA MÍNIMO DE 180L, FABRICADO EM MATERIAL NÃO CORROSIVO (POLIURETANO OU SIMILAR), COM SISTEMA DE ASPERSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA. EQUIPADO COM PARADA DE EMERGÊNCIA, ALARME DE RÉ E COBERTURA DE PROTEÇÃO AO OPERADOR CONTRA INTEMPÉRIES, ENTREGA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. PÓS-VENDA EXCLUSIVO POR REDE AUTORIZADA EM RAIO DE ATENDIMENTO MÁXIMO DE 50 KM.	UNI	4	R\$329.900,00	R\$1.318.000,00
7	118669	MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA, SEM USO, ANO CORRENTE, PESO OPERACIONAL ENTRE 3.400 E 3.800 KG, MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 3 CILINDROS COM POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 24 HP E EMISSÕES MAR-1/TIER 3; BOMBA HIDRÁULICA DE PISTÕES DE FLUXO VARIÁVEL COM VAZÃO MÍNIMA DE 100 L/MIN E LINHA HIDRÁULICA AUXILIAR BIDIRECIONAL PROPORCIONAL; RAIO DE GIRO TRASEIRO ZERO, ESTEIRAS DE BORRACHA DE 300 MM E LÂMINA DOZER FRONTAL; PROFUNDIDADE MÍNIMA DE ESCAVAÇÃO DE 3.000 MM, ALTURA DE DESCARGA MÍNIMA DE 3.200 MM E FORÇA NA CAÇAMBA MÍNIMA DE 30 kN; CABINE FECHADA CERTIFICADA ROPS COM AR-CONDICIONADO E JOYSTICKS SERVO-ASSISTIDOS; ACOMPANHA CAÇAMBA GP DE NO MÍNIMO 0,07 m³; FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES; ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	4	R\$ 350.000,00	R\$1.408.000,00
8	118670	CAMINHÃO NOVO 8X4, MOTOR DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 310 CV E TORQUE MÍNIMO DE 1.100 NM, 6 CILINDROS EM LINHA, INJEÇÃO COMMON RAIL, TURBO INTERCOOLER, ATENDENDO AO PROCONVE P8 (EURO 6), MOTOR DO MESMO FABRICANTE OU GRUPO INDUSTRIAL DO VEÍCULO. TRANSMISSÃO AUTOMATIZADA DE MÍNIMO 12 MARCHAS À FRENTE E 2 MARCHAS À RÉ, GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E MODO MANUAL/AUTOMÁTICO. PBT TÉCNICO MÍNIMO DE 30.000 KG E CMT MÍNIMO DE 42.000 KG. FREIO DE SERVIÇO PNEUMÁTICO COM ABS/EBS E FREIO MOTOR DE ALTA POTÊNCIA (MÍNIMO 300 CV). CONFIGURAÇÃO DE EIXOS 8X4 COM DOIS EIXOS DIRECIONAIS E DOIS DE TRACÇÃO, EIXO DIANTEIRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 13.000 KG E EIXOS TRASEIROS COM 20.000 KG, BLOQUEIO DE DIFERENCIAL. CABINE AVANÇADA METÁLICA COM ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO, AR-CONDICIONADO, CLIMATIZADOR, ASSENTO PNEUMÁTICO E GIROFLEX EM LED. TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 210 L. PLATAFORMA FIXA CARREGA-TUDO EM AÇO, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 9.000 MM E LARGURA DE 2.600 MM, COM ALONGADORES ATÉ 3.200 MM, ESTRUTURA REFORÇADA EM LONGARINAS E TRAVESSAS. EQUIPADA COM RAMPAS DE ACESSO E SAPATAS ESTABILIZADORAS COM ACIONAMENTO ELETRO-HIDRÁULICO, GUINCHO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18.000 KG, PROTETORES DE CARTER RADIADOR, PARA-CHOQUES E PROTETORES LATERAIS CONFORME CONTRAN, COROTE DE ÁGUA, CAIXA DE FERRAMENTAS, CINTAS DE AMARRAÇÃO, ILUMINAÇÃO COMPLETA EM LED E SINALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA. PNEUS 275/80 R22.5 OU EQUIVALENTE, DE FABRICANTE CONSOLIDADO NO MERCADO NACIONAL. ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, COM PRIMEIRO EMPACOTAMENTO E LICENCIAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES. FORNECEDOR DEVERÁ DISPONIBILIZAR PÓS-VENDA EXCLUSIVAMENTE POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO FORMALMENTE RECONHECIDO PELO FABRICANTE, LOCALIZADA EM UM RAIO MÁXIMO DE 50 KM DO MUNICÍPIO, GARANTINDO TEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO, DISPONIBILIDADE DE PEÇAS E REDUÇÃO DO TEMPO DE PARADA. ATENDIMENTO OBRIGATÓRIO AO CTB, INMETRO E NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.	UNI	4	R\$960.000,00	R\$3.840.000,00
9	118658	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICAPE CABINE DUPLA (CD), 0 KM, ANO/MODELO CORRENTE, MOTOR FLEX 1.3 L OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 CV E TORQUE MÍNIMO DE 13 KGFM, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHAS, DIREÇÃO COM ASSISTÊNCIA ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 4 PASSAGEIROS, CABINE DUPLA COM 4 PORTAS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 600 KG, VOLUME DE CAÇAMBA MÍNIMO DE 650 L, COMPRIMENTO TOTAL MÁXIMO DE 4.400 MM, EQUIPADA COM AR-CONDICIONADO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, SISTEMA DE ÁUDIO/MULTIMÍDIA COM BLUETOOTH E USB, RODAS DE LIGA LEVE 15", PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA MARÍTIMA, SISTEMA DE SEGURANÇA COM NO MÍNIMO 4 AIRBAGS (FRONTAIS E LATERAIS), CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESC), CONTROLE DE TRACÇÃO (TC), FREIOS ABS COM EBD, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPAS, CARROCERIA COM CÉLULA DE SOBREVIVÊNCIA REFORÇADA, FABRICANTE CONSOLIDADO COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM E ENTREGA OBRIGATÓRIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	6	R\$134.379,00	R\$806.274,00

Prefeitura Municipal de Campo Largo

AVENIDA PADRE NATAL PIGATTO - 925 CENTRO ADMINISTRATIVO

83.601-630

76.105.618/0001-88



LOTE 2 – EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS						
10	118672	PLANTADEIRA AGRÍCOLA DE 5 LINHAS PARA PLANTIO DIRETO PLANTADEIRA AGRÍCOLA NOVA DE 5 (CINCO) LINHAS PARA PLANTIO DIRETO, TIPO ARRASTO, ANO CORRENTE, COM CHASSI MONOBLOCO OU ARTICULADO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, PROJETADA PARA PLANTIO DE MILHO, SOJA, FEIJÃO E SORGO EM SISTEMA DE PALHADA. EQUIPADA COM DISCO DE CORTE DE PALHADA DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 17", LINHA DE SEMENTES COM DISCO DUPLO DESENCONTRADO DE 15", SULCADOR DE ADUBO POR DISCO DUPLO DESENCONTRADO OU HASTE (BOTINHA) COM REGULAGEM DE PROFUNDIDADE. POSSUI DOSADOR DE SEMENTES DE ALTA PRECISÃO (MECÂNICO OU PNEUMÁTICO), DOSADOR DE FERTILIZANTE POR ROSCA/ROTOR, RESERVATÓRIO DE SEMENTES COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 L POR LINHA E RESERVATÓRIO DE FERTILIZANTE DE 500 KG. ACOMPANHA MONITOR ELETRÔNICO COM SENSORES EM TODAS AS LINHAS, COMPATÍVEL COM TECNOLOGIAS DE AGRICULTURA DE PRECISÃO E DESLIGAMENTO SEÇÃO A SEÇÃO. ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS AJUSTÁVEL (45/50/90 CM). REQUER POTÊNCIA MÍNIMA DE 40 CV. POSSUI RODADO DE ALTA FLUTUAÇÃO E SISTEMAS DE REGULAGEM RÁPIDA DE PROFUNDIDADE E DE TAXA DE APLICAÇÃO DE INSUMOS. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATORIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	1	R\$135.000,00	R\$135.000,00
11	118673	PLANTADEIRA AGRÍCOLA NOVA DE 7 (SETE) LINHAS PARA PLANTIO DIRETO, DO TIPO ARRASTO, ANO DE FABRICAÇÃO CORRENTE, PARA PLANTIO DE MILHO, SOJA, FEIJÃO E SORGO, COM CHASSI MONOBLOCO OU ARTICULADO EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA. EQUIPADA COM 7 LINHAS DE PLANTIO, CADA UMA COM DISCO DE CORTE DE PALHADA DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 17", SULCADOR DE ADUBO POR DISCO DUPLO DESENCONTRADO OU HASTE (BOTINHA), E LINHA DE SEMENTES COM DISCO DUPLO DESENCONTRADO DE 15". POSSUI DOSADOR DE SEMENTES DE ALTA PRECISÃO, PREFERENCIALMENTE DO TIPO PNEUMÁTICO/VÁCUO, E DOSADOR DE FERTILIZANTE DE ALTA PRECISÃO. RESERVATÓRIO DE SEMENTES COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 L POR LINHA E RESERVATÓRIO DE FERTILIZANTE DE 700 KG. ACOMPANHA MONITOR ELETRÔNICO DE PLANTIO COM SENSORES EM TODAS AS LINHAS, COMPATÍVEL COM SISTEMA DE DESLIGAMENTO SEÇÃO A SEÇÃO VIA GPS. ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS AJUSTÁVEL (45/50/90 CM). POTÊNCIA MÍNIMA REQUERIDA DE 60 CV. POSSUI RODADO DE ALTA FLUTUAÇÃO, ENGATE POR BARRA DE TRAÇÃO E SISTEMAS DE REGULAGEM RÁPIDA DE PROFUNDIDADE E DE TAXAS DE INSUMOS. FABRICANTE CONSOLIDADO COM PÓS-VENDA PRESTADO POR REVENDA AUTORIZADA COM CONTRATO DE CONCESSÃO EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ENTREGA OBRIGATORIA NA PREFEITURA DE CAMPO LARGO.	UNI	1	R\$210.000,00	R\$210.000,00
12	118671	ROÇADEIRA PROFISSIONAL TIPO COSTAL, NOVA, A COMBUSTÃO, EQUIPADA COM MOTOR MONOCILÍNDRICO 2 TEMPOS REFRIGERADO A AR, CILINDRADA MÍNIMA DE 41,5 CM³ E POTÊNCIA MÍNIMA DE 2,0 KW (2,7 HP), COM ROTAÇÃO MÍNIMA DE 2.700 RPM EM MARCHA LENTA E MÁXIMA DE 2.900 RPM. MOTOR E EQUIPAMENTO DO MESMO FABRICANTE, GARANTINDO TOTAL COMPATIBILIDADE, INTEGRAÇÃO MECÂNICA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA UNIFICADA. IGNIÇÃO ELETRÔNICA E PARTIDA MANUAL DE FÁCIL ACIONAMENTO, EQUIPADA COM VELA DE IGNIÇÃO DE MARCA ESPECIFICADA PELO FABRICANTE (PADRÃO NGK/BOSCH OU SIMILAR), ASSEGURANDO DESEMPENHO E DURABILIDADE. EQUIPAMENTO DO TIPO COSTAL, COM SUPORTE ERGONOMICO PARA TRANSPORTE NAS COSTAS, PESO MÁXIMO DE 8,5 KG (TANQUE VAZIO) E COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1.770 MM. EIXO DE TRANSMISSÃO RÍGIDO EM AÇO, PROJETADO PARA SUPORTAR TRABALHO PESADO, COM ROTAÇÃO MÍNIMA DE 9.300 RPM NA FERRAMENTA DE CORTE. ACOMPANHA CARRETEL DE FIAÇÃO DE NYLON TIPO "BATE-LIBERA" OU SISTEMA DE RECARGA RÁPIDA E LÂMINA TRIPLA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA PARA VEGETAÇÃO Densa. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 700 ML, COMPATÍVEL COM GASOLINA COMUM ADITIVADA. EQUIPADA COM CINTURÃO TIPO COLETE COM DOIS OBREIROS, ACOLCHOAMENTO, AJUSTE ERGONOMICO E SISTEMA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA. POSSUI SISTEMA DE AMORTECIMENTO DE VIBRAÇÃO ENTRE MOTOR E SUPORTE COSTAL, DEFLETOR DE PROTEÇÃO ROBUSTO CONTRA IMPACTO DE DETRITOS E CABO MULTIFUNCIONAL COM ACELERADOR, TRAVA DE SEGURANÇA E INTERRUPTOR DE PARADA INTEGRADOS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA USO PROFISSIONAL E DOMÉSTICO. ENTREGA DO EQUIPAMENTO COMPLETA, ACOMPANHADA DE MANUAL EM PORTUGUÊS. FABRICANTE DEVERÁ POSSUIR FÁBRICA OU CENTRO DISTRIBUIDOR OFICIAL NO BRASIL COM REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA LOCALIZADA EM UM RAIO MÁXIMO DE 50 KM DO MUNICÍPIO, ASSEGURANDO DISPONIBILIDADE DE PEÇAS, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO ADEQUADO AO PODER PÚBLICO.	UNI	5	R\$4.619,00	R\$23.095,00
13	118674	SOPRADOR PROFISSIONAL COSTAL A COMBUSTÃO, EQUIPAMENTO NOVO, SEM USO, TIPO COSTAL, DESTINADO À LIMPEZA PROFISSIONAL DE ALTA INTENSIDADE EM GRANDES ÁREAS, ADEQUADO PARA REMOÇÃO DE FOLHAS SECAS OU MOLHADAS, APARAS DE GRAMA E DEMAIS DETRITOS. MOTOR MONOCILÍNDRICO DE 2 TEMPOS, COM TECNOLOGIA DE BAIXA EMISSÃO (PADRÃO 4-MIX OU EQUIVALENTE), CILINDRADA MÍNIMA DE 79 CM³, ROTAÇÃO ENTRE 2.400 E 2.600 RPM E MOTOR OBRIGATORIAMENTE DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, GARANTINDO INTEGRAÇÃO, COMPATIBILIDADE E RESPONSABILIDADE TÉCNICA UNIFICADA. FORÇA DE SOPRO MÍNIMA DE 40 N, VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 2.000 M³/H E VELOCIDADE DO AR MÍNIMA DE 95 M/S, PERMITINDO LIMPEZA EFICIENTE INCLUSIVE EM DETRITOS PESADOS OU ÚMIDOS. ESTRUTURA TIPO COSTAL COM SUPORTE ERGONOMICO, PESO MÁXIMO DE 11,0 KG (SEM COMBUSTÍVEL), SISTEMA DE PARTIDA LATERAL QUE PERMITE LIGAR O EQUIPAMENTO ENQUANTO APOIADO NAS COSTAS, TUBO DE SOPRO COM COMPRIMENTO AJUSTÁVEL SEM FERRAMENTAS E CABO DE MANEJO COM AJUSTE LONGITUDINAL TAMBÉM SEM FERRAMENTAS. TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 1,9 L, TAMPA DE ABERTURA RÁPIDA E COMPATIBILIDADE COM GASOLINA COMUM ADITIVADA. EQUIPADO COM CINTO PROFISSIONAL TIPO COLETE, ACOLCHOADO E MULTIAJUSTÁVEL, COM CINTO ABDOMINAL E DISTRIBUIÇÃO ERGONOMICA DO PESO. SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO DE COXINS OU MOLAS ENTRE MOTOR E SUPORTE, REDUZINDO FADIGA E AUMENTANDO O CONFORTO. CONTROLE MULTIFUNCIONAL INTEGRADO EM JOYSTICK, COM ACELERADOR, TRAVA DE SEGURANÇA E INTERRUPTOR DE PARADA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. MANUAL COMPLETO EM PORTUGUÊS (BRASIL). FABRICANTE COM PRESEÇA OFICIAL NO BRASIL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM RAIO MÁXIMO DE 50 KM DO MUNICÍPIO, ASSEGURANDO DISPONIBILIDADE DE PEÇAS, SUPORTE ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO RÁPIDO, EM CONFORMIDADE COM AS BOAS PRÁTICAS DE MANUTENÇÃO E CONTINUIDADE OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO.	UNI	3	R\$5.109,00	R\$15.327,00
14	118665	ENSILADEIRA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO NOVO; CAPACIDADE DE CORTE DE DUAS LINHAS; TRANSMISSÃO CAIXA CARDAN E COMANDO HIDRÁULICO COMPLETO; PLATAFORMA DE ÁREA TOTAL DE CORTE 1 METRO; DUAS LINHAS PARA MILHO; SISTEMA DE AFIAÇÃO DE FACAS REDONDO; BICA DE SAÍDA EM AÇO CARBONO E ACIONAMENTO HIDRÁULICO TOTAL; ROTOR COM 12 FACAS E 6 LANÇADORES; SISTEMA QUEBRA GRÃOS DE SÉRIE; NÚMERO DE ROLOS 4; POTÊNCIA PARA ACIONAMENTO MÍNIMO DE 65 CV; CAPACIDADE DE PRODUTIVIDADE MÍNIMO DE 30 T/H.	UNI	1	R\$55.950,00	R\$55.950,00
15	118675	CONJUNTO DE COLHEDORA DE FORRAGEM DE MONTAGEM FRONTAL PARA TRATOR AGRÍCOLA, EQUIPAMENTO NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO CORRENTE, COMPOSTO POR DOIS MÓDULOS PRINCIPAIS E INTEGRADOS: (A) COLHEDORA DE FORRAGEM FRONTAL DE ÁREA TOTAL E (B) SISTEMA DE LEVANTE HIDRÁULICO E TOMADA DE FORÇA (TDP) FRONTAL, SENDO AMBOS OBRIGATORIAMENTE FORNECIDOS EM CONJUNTO PARA GARANTIR A COMPATIBILIDADE MECÂNICA, HIDRÁULICA E OPERACIONAL. DESTINA-SE À COLHEITA DE FORRAGENS COMO MILHO, SORGO E CAPINS NOBRES PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM DE ALTA QUALIDADE, PERMITINDO OPERAÇÃO DIRETA NA FRENTE DO TRATOR E VISIBILIDADE SUPERIOR AO OPERADOR, OTIMIZANDO A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DO MATERIAL ENSILADO. A) COLHEDORA DE FORRAGEM FRONTAL: EQUIPAMENTO TIPO COLHEDORA DE ÁREA TOTAL, MONTADA EM SISTEMA FRONTAL, COM ACIONAMENTO VIA TDP FRONTAL DE 1.000 RPM. DEVE POSSUIR MÍNIMO DE 2 ROTORES DE CORTE, EQUIPADOS COM AO MENOS 24 FACAS E 24 LANÇADORES, GARANTINDO PICADO HOMOGÊNEO PARA SILAGEM DE ALTA DENSIDADE. A CAIXA DE TRANSMISSÃO DEVE OPERAR COM SENTIDO DE GIRO ANTI-HORÁRIO E POSSUIR SISTEMA DE RUÍDO E VIBRAÇÃO REDUZIDOS. PLATAFORMA FRONTAL DE ÁREA TOTAL COM LARGURA ADEQUADA À COLHEITA NÃO-LINEAR, DOTADA DE RODAS DE APOIO DE, NO MÍNIMO, 7,50x16, PERMITINDO COPIAGEM DO SOLO E CONTROLE PRECISO DA ALTURA DE CORTE. A COLHEDORA DEVE POSSUIR SISTEMA QUEBRA-GRÃO (CRACKER) INTEGRADO, COM MÍNIMO DE DUAS PENEIRAS, GARANTINDO A RUPTURA EFICIENTE DOS GRÃOS. DEVE POSSUIR AFIADOR GIRATÓRIO DE FACAS (PEDRA REDONDA) COM AJUSTE FÁCIL. PRODUTIVIDADE MÍNIMA DE 48 TONELADAS/HORA E PESO MÁXIMO DE 2.200 KG. BICA DE DESCARGA COM GIRO MÍNIMO DE 300° E QUEBRA-JATO, COM CONTROLES ACIONÁVEIS A PARTIR DA CABINE DO TRATOR. B) SISTEMA DE LEVANTE HIDRÁULICO E TOMADA DE FORÇA FRONTAL. EIXO DE SAÍDA PADRÃO DIN 9611, 1 3/8", 6 ESTRIAS. CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DE POTÊNCIA CONTÍNUA MÍNIMA DE 90 CV. O KIT DEVE ACOMPANHAR TODOS OS COMPONENTES ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E MECÂNICOS NECESSÁRIOS À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO NO TRATOR. TODO O CONJUNTO (COLHEDORA + LEVANTE/TDP FRONTAL) DEVE SER TOTALMENTE COMPATÍVEL ENTRE SI E PROJETADO PARA TRATORES AGRÍCOLAS NA FAIXA DE 90-140 CV. O SISTEMA DEVE SER ADEQUADO PARA INSTALAÇÃO EM TRATORES COM CABINE CLIMATIZADA (AR-CONDICIONADO DE SÉRIE), GARANTINDO CONFORTO E OPERAÇÃO CONTÍNUA EM ALTAS JORNADAS. A COMPATIBILIDADE COM TRATORES DE FABRICANTES CONSOLIDADOS, PARTICULARMENTE OS DO GRUPO CNH (NEW HOLLAND), É UM DIFERENCIAL TÉCNICO DESEJÁVEL TENDO EM VISTA QUE A FROTA DA PREFEITURA POSSUI TRATORES DA MARCA E DEVIDO À DISPONIBILIDADE DE KITS DE FÁBRICA, MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE PESO E MAIOR DURABILIDADE, MANTENDO O PRINCÍPIO DA ISONOMIA AO EXIGIR APENAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS RELEVANTES. O SISTEMA DEVE POSSUIR DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, PROTETORES DE EIXO CARDAN, TRAVAS DE SEGURANÇA NOS BRAÇOS DE LEVANTE, PONTOS DE BLOQUEIO PARA MANUTENÇÃO E PROTEÇÕES CONTRA ACESSO A PARTES MÓVEIS, ATENDENDO À NR-12 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES.	UNI	1	R\$320.178,81	R\$320.178,81
TOTAL : R\$ 15.161.424,81						

Prefeitura Municipal de Campo Largo

AVENIDA PADRE NATAL PIGATTO - 925 CENTRO ADMINISTRATIVO

83.601-630

76.105.618/0001-88



- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no respectivo Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto Municipal nº 316/2023, atendendo aos critérios de economicidade, utilidade e necessidade do interesse público.
- 1.5. Não há catálogo eletrônico de padronização vigente para o objeto ora licitado, conforme verificação junto aos sistemas oficiais de contratações públicas e normativos locais.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.”
- 1.7. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizado conforme necessidade do órgão contratante, e poderá conter cláusulas que detalham regras específicas sobre vigência, condições de fornecimento, garantias e penalidades, observada a legislação aplicável.
- 1.8. Tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- 1.9. Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, a contratação exclusiva para ME/EPP poderia ser aplicada aos itens cujo valor individual seja inferior a R\$ 80.000,00.
- 1.10. No presente certame, apenas três itens do Lote 2 possuem valores estimados abaixo desse limite.
- 1.11. Justificativa da não aplicação da exclusividade
- 1.12. Com fundamento no art. 48, §3º da LC 123/2006, não será aplicada exclusividade às ME/EPP pelos seguintes motivos:
- 1.13. Os itens possuem compatibilidade técnica direta com máquinas agrícolas principais (tratores), sendo necessária padronização;
- 1.14. Há baixa disponibilidade de ME/EPP aptas a atender as especificações técnicas e de assistência exigidas;
- 1.15. O SRP exige continuidade de fornecimento, o que reduz o número de ME/EPP com capacidade operacional;
- 1.16. A restrição poderia gerar risco de deserto ou propostas tecnicamente inadequadas, prejudicando o interesse público.





1.17. Participação plena de ME/EPP

1.18. Todas as empresas, inclusive ME/EPP, poderão participar livremente da licitação e usufruir dos benefícios legais.

1.19. Empate ficto

1.20. Em caso de empate, aplica-se o benefício previsto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006.

1.21. Regularização fiscal tardia

1.22. Será concedido o prazo legal para regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

Divisão do Objeto em Lotes

1.23. Para fins de competitividade, organização técnica e economicidade, o objeto desta licitação será dividido em LOTES, conforme natureza e finalidade dos bens, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

1.24. O julgamento continuará a ser realizado por ITEM, ainda que agrupados em lotes, sendo possível a adjudicação e contratação individualizada dos itens.

1.25. LOTE 1 – Veículos e Máquinas Pesadas: compreende tratores agrícolas, retroescavadeira, mini escavadeira, rolos compactadores e caminhão plataforma fixa, conforme itens listados no Anexo I.

1.26. LOTE 2 – Equipamentos Agrícolas e Equipamentos Portáteis: compreende ensiladeira frontal, conjunto TDP frontal, plantadeiras, roçadeira costal e soprador costal.

1.27. Cada empresa poderá ofertar proposta para um ou mais itens, independentemente do lote em que estiverem agrupados, preservando-se o julgamento individualizado.

2.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos, encontra-se detalhadamente apresentada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que integra este Termo de Referência como apêndice.

2.2. O objeto desta contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, conforme determina o art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o qual está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser consultado por meio do seguinte link: <https://pncp.gov.br/app/pca/76105618000188/2025>





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Planejamento e identificação da necessidade:

A necessidade foi identificada com base na demanda recorrente da Secretaria Municipal de Agricultura por equipamentos e veículos capazes de atender aos serviços essenciais de manutenção e melhoria da infraestrutura urbana e rural, escoamento da produção agrícola, transporte de materiais, e execução de obras públicas. O mapeamento da necessidade foi consolidado por meio do Plano de Contratações Anual (PCA 2026) e justificado tecnicamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando critérios de economicidade, efetividade e sustentabilidade.

3.2. Estudo de viabilidade e definição de requisitos:

A Administração avaliou alternativas como a locação de equipamentos, a manutenção e ampliação da frota existente e a aquisição compartilhada com outros órgãos, concluindo que a compra por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) representa a solução mais vantajosa. Essa modalidade permite aquisições graduais, conforme a necessidade operacional da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, garantindo economicidade, disponibilidade imediata dos bens e maior previsibilidade orçamentária.

Foram definidos requisitos técnicos mínimos para cada item, distribuídos entre Lote 1 – Veículos e Máquinas Pesadas e Lote 2 – Equipamentos Agrícolas e Equipamentos Portáteis, contemplando: tratores agrícolas de 80 cv, 100 cv e 130 cv; retroescavadeira 4x4; mini escavadeira; rolos compactadores (1 tonelada e 3 toneladas combinado); caminhão plataforma fixa 8x4; ensiladeira frontal; conjunto de tomada de força frontal; plantadeiras (5 e 7 linhas); roçadeiras costais profissionais e sopradores costais.

Os requisitos priorizam a aquisição de equipamentos com ampla rede de assistência técnica nacional, garantia compatível com a complexidade dos bens (mínimo de 12 meses ou 2.000 horas para máquinas pesadas), fabricação em ano/modelo atualizado (segundo semestre de 2024 ou superior) e tecnologias adequadas às condições de operação do Município. A padronização técnica também visa reduzir custos de manutenção, ampliar a vida útil dos equipamentos e garantir maior eficiência nas atividades agrícolas e operacionais desempenhadas pela Secretaria.





3.3. Seleção e contratação do fornecedor:

O processo de seleção ocorrerá por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o regime de Registro de Preços, com critério de julgamento do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Serão exigidos documentos de habilitação técnica e regularidade fiscal, além da comprovação de que os bens ofertados são novos e atendem integralmente às especificações do Termo de Referência.

3.4. Execução do contrato e monitoramento:

A contratação será formalizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento, conforme a demanda da Administração. A execução será monitorada por servidores designados, que acompanharão o recebimento, conferência técnica, treinamento de operadores (quando aplicável) e cumprimento dos prazos de entrega. Eventuais não conformidades serão registradas em relatório técnico para providências administrativas e contratuais.

3.5. Avaliação e manutenção:

A performance dos veículos e máquinas será avaliada continuamente, com base em indicadores como consumo, disponibilidade, necessidade de manutenção e rendimento em campo. O fornecedor será responsável por eventuais manutenções corretivas dentro do prazo de garantia. A Administração exigirá manuais, catálogos técnicos e treinamentos sobre manutenção preventiva e operação segura.

3.6. Descarte e renovação:

Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio municipal e seu ciclo de vida será acompanhado pela equipe de patrimônio e manutenção. Ao final da vida útil estimada ou quando não mais atenderem às necessidades operacionais, os equipamentos poderão ser destinados à alienação, leilão ou outra forma de desfazimento legalmente permitida. A renovação da frota será planejada em função da depreciação dos ativos, custos de manutenção e evolução tecnológica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a eficiência, transparência e qualidade na aquisição dos veículos pesados e máquinas descritos neste Termo de Referência, são estabelecidos os seguintes requisitos obrigatórios:





Práticas de sustentabilidade

- 4.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.1.1.** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
- 4.1.2.** Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.2.** Devido a natureza do objeto, este item não se aplica, dispensando-se a aplicação do art. 41, inciso IV da Lei 14.133/21.

Subcontratação

- 4.3.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.4.** Conforme análise de riscos detalhada no Estudo Técnico Preliminar, e considerando a natureza do objeto com entregas parceladas e fiscalização contínua, não será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, prerrogativa fundamentada no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.6.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega do objeto.

5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:





5.1.1. Vigência.

5.1.1.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.”

5.1.2. Local de entrega

5.1.2.1. Os bens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Campo Largo

5.1.2.2. Prazo e condições de entrega:

5.1.2.3. A entrega de cada item deverá ocorrer no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (nota de empenho).

5.1.2.4. Caso a empresa contratada identifique a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, deverá comunicar previamente à Administração, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação de penalidades, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

5.1.2.5. A entrega será acompanhada e fiscalizada pelo servidor designado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que realizará inspeção para verificar a conformidade com as especificações exigidas. Equipamentos entregues em desacordo com as exigências não serão recebidos e deverão ser substituídos ou recolhidos pelo fornecedor, sendo considerados como não entregues.

5.1.2.6. Condições de entrega:

5.1.2.7. O objeto deste Termo de Referência será contratado sob regime de demanda, ou seja, conforme necessidade da Administração Municipal durante a vigência da Ata. A assinatura da Ata de Registro de Preços não gera obrigação de aquisição imediata ou total dos itens registrados, podendo a Secretaria adquirir os itens gradualmente, conforme sua conveniência e disponibilidade orçamentária.

5.1.3. Especificações Técnicas

5.1.4. Este Termo de Referência estabelece as exigências técnicas mínimas necessárias à aquisição de veículos pesados e máquinas destinados à renovação e reforço da frota operacional da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Campo Largo.





- 5.1.5.** As especificações detalhadas de cada item estão descritas individualmente no quadro constante no Anexo I deste Termo de Referência, com requisitos de desempenho, capacidade, dimensões e funcionalidades mínimas.
- 5.1.6.** Documentação técnica exigida:
- 5.1.7.** As empresas vencedoras dos respectivos itens deverão apresentar, obrigatoriamente, até 24 (vinte e quatro) horas antes da assinatura da Ata de Registro de Preços:
- 5.1.8.** Catálogo técnico oficial do fabricante ou proposta técnica com ilustrações, diagramas e características técnicas completas do equipamento ofertado, compatível com o item vencido;
- 5.1.9.** Declaração do fabricante de que os equipamentos ofertados são novos (zero hora), com fabricação no ano de 2025.
- 5.1.10.** Declaração de atendimento às normas de emissões aplicáveis ao tipo de motor do equipamento, incluindo PROCONVE MAR I/TIER III para máquinas diesel, ou padrões equivalentes para motores a gasolina ou dois tempos, quando pertinente.
- 5.1.11.** Declaração de garantia conforme a especificação técnica do item, respeitando o prazo mínimo previsto no Anexo I.
- 5.1.12.** Para veículos e máquinas pesadas motorizadas, deverá ser fornecido sistema de rastreamento e monitoramento via satélite por no mínimo 5 anos. A exigência não se aplica a equipamentos agrícolas traçados ou portáteis.
- 5.1.13.** Conferência técnica e aceite:
- 5.1.14.** Todos os bens fornecidos estarão sujeitos à conferência técnica no ato da entrega por servidor responsável da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que verificará:
- 5.1.15.** Conformidade com as especificações do Anexo I; Integridade dos componentes; Presença de acessórios obrigatórios e itens de segurança; Funcionamento pleno dos sistemas hidráulicos, elétricos e eletrônicos.
- 5.1.16.** Equipamentos entregues em desconformidade serão rejeitados de imediato e considerados como não entregues, sujeitando o fornecedor às penalidades cabíveis.
- 5.1.17.** Observações adicionais:
- 5.1.18.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser solicitadas revisões técnicas, vistorias ou reapresentação de documentos técnicos caso a Administração identifique desconformidades ou alterações no mercado.





6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1.** Todos os veículos e equipamentos fornecidos deverão possuir garantia conforme os prazos previstos individualmente no Anexo I, contados a partir do recebimento definitivo.
- 6.2.** Durante o período de garantia, a empresa contratada será responsável pela realização de todas as manutenções preventivas previstas no manual do fabricante, as quais deverão ser executadas pelo concessionário autorizado da marca, sem qualquer ônus para a Administração, incluindo:
- 6.3.** Mão de obra técnica especializada;
- 6.4.** Fornecimento de peças, insumos e fluidos necessários;
- 6.5.** Deslocamento da equipe técnica, se necessário;
- 6.6.** Registro e documentação das manutenções realizadas.
- 6.7.** Revisões técnicas obrigatórias:
- 6.8.** Todas as revisões obrigatórias durante o período de garantia deverão ser executadas conforme plano de manutenção do fabricante, com registro em manual técnico ou equivalente, sendo vedado qualquer tipo de repasse de custos à Administração.
- 6.9.** Assistência técnica e estrutura local:
- 6.10.** O fornecedor deverá comprovar, até o momento da assinatura da Ata de Registro de Preços:
- 6.11.** Que possui estrutura física localizada no Estado do Paraná, com base instalada a no máximo 50 km do Município de Campo Largo;
- 6.12.** Que dispõe de estoque de peças de reposição para atendimento ágil às demandas de manutenção;
- 6.13.** Que conta com ferramentas auditadas pelo fabricante e equipe técnica própria, certificada pelo fabricante, para execução de manutenções preventivas e corretivas;
- 6.14.** Que assume total responsabilidade por danos ou avarias no bem até sua entrega definitiva à Administração.
- 6.15.** O sistema de rastreamento será exigido exclusivamente para os veículos e máquinas pesadas motorizadas do Lote 1.
- 6.16.** Os equipamentos fornecidos deverão incluir, obrigatoriamente, sistema de rastreamento e monitoramento via satélite de fábrica, com acesso gratuito à plataforma de monitoramento por





no mínimo 5 (cinco) anos, devendo a ativação e entrega técnica do sistema ser realizada no ato da entrega do bem.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Para o correto dimensionamento da proposta por parte dos licitantes, seguem informações e exigências relevantes que devem ser consideradas:

7.2. Entrega

7.3. Os bens deverão ser novos, zero hora, com fabricação no segundo semestre de 2024 ou superior, sem qualquer uso anterior ou recondicionamento.

7.4. A entrega será realizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

7.5. O prazo para entrega será definido em cada ordem de fornecimento, respeitando o limite estabelecido na Ata e no edital.

7.6. Condições de instalação e aceitação:

7.7. Os bens serão recebidos e inspecionados pela equipe técnica da Administração. Equipamentos entregues em desacordo serão rejeitados de imediato.

7.8. O recebimento definitivo está condicionado à: Apresentação de documentação técnica completa; Entrega do equipamento com todos os acessórios previstos; Realização de entrega técnica funcional e ativação de sistemas embarcados (como rastreamento via satélite).

7.9. Padrões e compatibilidade:

7.10. Todos os equipamentos deverão atender, no mínimo:

7.11. Às normas técnicas vigentes da ABNT, CONAMA, PROCONVE MAR I (TIER III) ou equivalentes;

7.12. Às especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência;

7.13. Aos manuais de operação e manutenção fornecidos pelo fabricante.

7.14. Documentação exigida:

7.15. Deverá ser entregue juntamente com o bem:

7.16. Nota fiscal com número de série/chassi devidamente identificado;

7.17. Manual técnico e de operação;

7.18. Certificados de garantia;

7.19. Comprovante de ativação de rastreamento via satélite;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/01/2026 08:12:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp17894ccb6499>





- 7.20.** Termo de responsabilidade técnica, quando aplicável.
- 7.21.** Exigências estruturais do fornecedor:
- 7.22.** O proponente deverá comprovar estrutura física localizada no Estado do Paraná, com base de no máximo 50 km de Campo Largo, incluindo: Oficina técnica autorizada; Estoque de peças; Técnicos certificados pelo fabricante; Ferramentas auditadas para manutenção.
- 7.23.** Condições do Registro de Preços:
- 7.24.** A presente licitação se dará sob o regime de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de contratação imediata pela Administração.

8. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

- 8.1.** Suspensão e prorrogação da Ata
- 8.2.** Em caso de impedimento legal, ordem formal de paralisação ou suspensão da execução da Ata de Registro de Preços, sua vigência poderá ser prorrogada automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostila, desde que devidamente justificado nos autos do processo.
- 8.3.** Comunicação entre as partes
- 8.4.** As comunicações formais entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas oficiais (e-mail institucional) para esse fim, quando o ato não exigir assinatura física.
- 8.5.** A Administração poderá convocar o preposto da empresa a qualquer tempo para adoção de providências imediatas necessárias à boa execução da contratação.
- 8.6.** Reunião de alinhamento inicial
- 8.7.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, a empresa contratada poderá ser convocada para reunião inicial com os gestores do contrato para apresentação do plano de fiscalização e execução, que incluirá:
- 8.7.1.** Obrigações contratuais detalhadas;
- 8.7.2.** Mecanismos de fiscalização e aferição dos resultados;





8.7.3. Estratégias de execução e logística de entrega;

8.7.4. Plano de execução complementar da contratada, se houver;

8.7.5. Metodologia de verificação técnica e aceite definitivo;

8.7.6. Sanções aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

8.8. Aplicação de sanções – Art. 156 da Lei nº 14.133/2021

8.8.1. O descumprimento contratual, parcial ou total, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, respeitando-se sempre o contraditório e a ampla defesa, conforme segue:

8.8.2. Advertência: Comunicação formal para sanar falhas ou irregularidades contratuais, com alerta de aplicação de sanções mais severas em caso de reincidência;

8.8.3. Multa: Aplicação de multa pecuniária proporcional ao atraso, descumprimento parcial ou total do objeto contratado. A multa poderá ser cumulada com outras sanções. Caso exceda o valor da garantia prestada, o contratado será responsabilizado pela diferença;

8.8.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração: Por até 2 (dois) anos, em casos de inadimplemento grave;

8.8.5. Declaração de inidoneidade: Impedimento de contratar com a Administração por até 5 (cinco) anos, nos casos de prática de atos ilícitos, fraudes ou má-fé;

8.8.6. Rescisão contratual: Atrasos superiores a 15 (quinze) dias ou descumprimentos relevantes podem ensejar a rescisão unilateral do contrato, com aplicação de penalidades previstas;

8.8.7. Obrigação de reparação dos danos: A aplicação de penalidades não isenta a contratada do dever de reparar integralmente os prejuízos causados à Administração.

As penalidades deverão ser aplicadas com base em processo administrativo próprio, observando os princípios da proporcionalidade, motivação e dosimetria da pena.

9. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por Everton Melo de Bastos e Carlos Henrique Schultz.

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.2. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços, o Sr. Everton Melo de Bastos, acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de





modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- 9.3. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 9.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 9.5. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor da Ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 9.7. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 9.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 9.9. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos equipamentos e serviços fornecidos.
- 9.10. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 9.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade dos equipamentos e serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos





toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade dos equipamentos e serviços fornecidos.

9.13. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

9.14. A fiscalização acima descritas, abrange toda a rotina considerada para este fim:

9.14.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamento inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

9.15. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos equipamentos locados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da Ata.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.16. O fiscal administrativo da Ata, Sr. Carlos Henrique Schultz, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).





- 9.17.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 9.18.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem a Ata como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

10. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** O gestor da Ata de Registro de Preços, será responsável por coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 10.2.** O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 10.3.** O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 10.4.** O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 10.5.** O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que





trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 10.6.** O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 10.7.** O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Atas para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 11.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará a análise do desempenho e qualidade dos materiais fornecidos em consonância com as condições do fornecimento, conforme previsto no item 5.1 deste Termo, e o pagamento ocorrerá sobre a parcela efetivamente executada.
- 11.2.** O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente aceita e certificada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campo Largo, de acordo com as condições estabelecidas em edital e seus anexos.
- 11.3.** O pagamento será realizado após a aferição da execução do objeto pelo responsável e atestada a sua ocorrência pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os produtos entregues.

12. LIQUIDAÇÃO

- 12.1.** Para solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá acessar o portal do cidadão: campolargo.atende.net/cidadao - Acessar Autoatendimento > Serviços Destaque > Nota Fiscal para Pagamento e seguir os demais procedimentos informados no arquivo “Protocolo para Pagamento”, anexo, inserindo os documentos abaixo relacionados:
- Nota de empenho;
 - Nota Fiscal / Fatura / Recibo
 - Solicitação de pagamento;
 - Certidão de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;





- Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual (Paraná);
- Certidão Negativa Municipal (Campo Largo/PR);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Outros documentos, conforme a necessidade específica.

12.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade (se aplicável);
- A data da emissão;
- Os dados da Ata e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução da Ata;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante devido à extrapolação do prazo de pagamento;

12.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à





inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 12.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 12.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.10.** O CNPJ da contratada constante na nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

13. PRAZO DE PAGAMENTO

- 13.1.** A liquidação e o pagamento serão efetuados no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do protocolo da nota fiscal, devidamente aferida e assinada pelo fiscal, conforme seção anterior.
- 13.2.** No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

14. FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 14.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 14.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos





por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá comprovar sua existência jurídica e regularidade de constituição, mediante a apresentação de um dos documentos abaixo, conforme o tipo societário, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso:

Habilitação jurídica (art. 66 da lei nº 14.133, de 2021)

15.2. Comprovação de existência jurídica do licitante, através da inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, acompanhados de eventuais alterações ou da consolidação respectiva; como exemplo:

15.2.1. Empresa Individual: Registro Comercial registrado na Junta Comercial, documentos pessoais do empresário;

15.2.2. Sociedade Limitada (LTDA):

Contrato Social ou Requerimento de Empresário, consolidado ou acompanhado de todas as alterações contratuais;

Documento de identidade dos sócios ou administradores.

15.2.3. Sociedade Anônima (S/A): Estatuto Social registrado na Junta Comercial, ata das eleições dos administradores. Ata da assembleia que elegeu a atual diretoria, devidamente registrada; Documento de identidade dos administradores.

15.2.4. Sociedade Simples ou outras formas jurídicas: Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de eventuais alterações ou da versão consolidada; Documento de identidade dos representantes legais.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;





- 15.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.5.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.7.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal e Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.8.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.9.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:

- 15.11.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.11.1.** *O proponente cuja sede seja localizada nos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares emitida pela Comarca de Curitiba/PR, em*





conformidade com a Resolução nº 213/2018 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

15.12. Comprovação de boa situação financeira por meio de índices contábeis:

A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) no item 15.12 justifica-se pela necessidade de garantir que as empresas participantes do certame apresentem capacidade econômico-financeira mínima compatível com o vulto da contratação, o qual ultrapassa o valor de R\$ 9 milhões.

Considerando o porte da aquisição e os riscos associados à inadimplência contratual, à entrega parcial dos bens ou à incapacidade financeira para cumprir com a garantia dos equipamentos durante o período contratual, faz-se necessário avaliar a saúde financeira das licitantes.

O uso de indicadores de liquidez é prática consolidada, reconhecida por órgãos de controle, e foi recentemente reforçada pelo entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, Acórdão nº 2375/2025, que prevê a possibilidade de exigência de índices contábeis desde que fundamentada tecnicamente.

Desta forma, os seguintes índices foram adotados, com base em parâmetros de equilíbrio financeiro amplamente aceitos:

Índices exigidos e fórmulas:

1. Liquidez Geral (LG)

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

2. Liquidez Corrente (LC)

$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

3. Solvência Geral (SG)

$SG = \text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total}$

Parâmetro mínimo:

Cada um dos índices acima (LG, LC e SG) deverá ser igual ou superior a 1,00.





Justificativa técnica:

A exigência de índices ≥ 1 (um) visa garantir que a empresa licitante:

- Tenha capacidade de pagamento no curto e longo prazo (LG e LC);
- Tenha ativos suficientes para cobrir suas obrigações totais (SG);
- Esteja em condições financeiras compatíveis com a execução integral do objeto, minimizando o risco de inadimplemento contratual.

Esses índices visam aferir se a empresa tem condições de honrar tanto obrigações de curto prazo quanto de longo prazo, assegurando maior **segurança à Administração Pública** na entrega dos equipamentos e cumprimento integral do contrato.

Ressalta-se que essa exigência **não inviabiliza a competitividade** do certame, visto que os parâmetros adotados são razoáveis, proporcionais e compatíveis com a natureza do objeto licitado.

15.13. Exceção e alternativa em caso de índices insuficientes

Caso qualquer um dos índices acima apresente resultado inferior ou igual a 1 (um), a empresa poderá ser habilitada desde que comprove possuir:

- Capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (conforme art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021).

15.14. Exercício contábil de referência

- Os documentos contábeis e memórias de cálculo deverão se referir ao último exercício encerrado, salvo se a empresa tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Serão aceitos apenas documentos assinados por contador regularmente habilitado, com identificação do CRC ativo e contendo as informações exigidas pelo Sped ECD (Escrituração Contábil Digital), conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil.

15.15. Declaração do responsável técnico

- Os índices calculados deverão estar acompanhados de declaração do contador responsável, atestando a veracidade das informações apresentadas.





16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 16.1.** O valor total estimado da contratação é de R\$15.161.424,81 (quinze milhões cento e sessenta e um mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos.), conforme demonstrado no Quadro Estimativo anexo a este Termo de Referência. Os valores unitários foram definidos com base em ampla pesquisa de mercado, incluindo cotações junto a fornecedores, consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, Banco de Preços do TCE-PR, atas de registro de preços vigentes e processos licitatórios similares de outros entes públicos, conforme documentação constante no processo administrativo.
- 16.2.** A estimativa de custo levou em consideração os riscos envolvidos na contratação e sua adequada alocação entre contratante e contratada, conforme mapeamento no Estudo Técnico Preliminar e instrumento convocatório.
- 16.3.** Em se tratando de licitação na modalidade Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes hipóteses, observando-se os limites da Lei nº 14.133/2021:
- 16.3.1.** Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata nos moldes pactuados, conforme disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021;
 - 16.3.2.** Na criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais que comprovadamente impactem os preços registrados;
 - 16.3.3.** Pela ocorrência do prazo de anuidade contratual, permitindo-se reajuste dos preços, conforme o índice pactuado;
 - 16.3.4.** Mediante repactuação, nos casos legalmente previstos, especialmente para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante pedido do interessado.





ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

16.5. Para atender a esta despesa, será utilizada a seguinte dotação orçamentária ou outra que a venha a substituir:

Ação: 1056 - Promover a ampliação da frota de veículos de grande porte, máquinas e equipamentos agrícolas

Referência: 1456 - Equipamentos e Materiais permanentes

Elemento: 3449052520000000000 - Veículos de tração mecânica

Ação: 1056 - Promover a ampliação da frota de veículos de grande porte, máquinas e equipamentos agrícolas

Referência: 1456- Equipamentos e Materiais permanentes

Subelemento: 3449052400000000000 - Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviário

16.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Campo Largo, 26 de novembro de 2025.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/01/2026 08:12:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp178094ccb6499>





Assinatura do Gestor da Ata de Registro de Preços
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Assinatura do Fiscal Técnico da Ata de Registro de Preços
Everton Melo de Bastos

Assinatura do Fiscal Administrativo da Ata de Registro de Preços
Carlos Henrique Schultz

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/01/2026 08:12:03.00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp178d94ccb6499>

